

Relatório

Plano de logística

SUSTENTÁVEL

MPRS 2022 – 2026

2025



MPRS

Ministério Público
do Rio Grande do Sul

ADMINISTRAÇÃO

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Sikinowski Saltz

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos
Josiane Superti Brasil Camejo

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Heriberto Roos Maciel

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais
Alessandra Moura Bastian da Cunha

Subprocurador-Geral de Justiça de Gestão Estratégica
João Cláudio Pizzato Sidou



COMISSÃO GESTORA

Direção-Geral

Roberval da Silveira Marques - Diretor-Geral

Comissão Institucional de Gestão Ambiental-VERDE MP

Dra. Ana Maria Moreira Marchesan - Procuradora de Justiça-| Presidente do VERDE MP | Coordenadora do CAOMA

Dra. Ximena Cardozo Ferreira - Promotora de Justiça

Dr. Paulo da Silva Cirne - Promotor de Justiça

Sandra de Barcelos Sarmento - Representante do CAOMA | VERDE MP

Wagner Finger - Representante da Unidade de Patrimônio e Almoxarifado

Luis Antônio Michel - Representante da Divisão de Compras

Fernanda Duarte Bernardes - Representante do CEAF

Camila Sesti - Representante da Assessoria de Imagem Institucional

Guilherme Schulz - Representante da Unidade de Assessoramento Ambiental



UNIDADES PARTICIPANTES

Unidade de Patrimônio e Almoxarifado

Divisão de Compras

Unidade de Serviços Gerais

Unidade de Transportes

Divisão de Arquitetura e Engenharia

Unidade de Projetos Elétricos

Unidade de Equipamentos

Unidade de Manutenção

Unidade de Arquivo



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO
2. ANÁLISE DO DESEMPENHO
 - 2.1. CONSUMO DE BENS E SERVIÇOS
 - 2.2. GESTÃO DE RESÍDUOS
 - 2.3. GESTÃO DE COMPETÊNCIAS
3. FECHAMENTO

1. APRESENTAÇÃO

O Plano de Logística Sustentável do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (PLS/MPRS) constitui instrumento estruturante de Governança das Contratações e integra o planejamento estratégico institucional, nos termos do art. 4º do Provimento nº 03/2023. Sua execução está alinhada ao Plano de Contratações Anual, à Gestão por Competências e à Gestão de Riscos, assegurando coerência entre planejamento, execução e controle.

A condução do PLS/MPRS é de responsabilidade da Comissão Gestora, composta pela Direção-Geral e pela Comissão Institucional Permanente de Gestão Ambiental (VERDE MP), a quem compete estabelecer diretrizes, coordenar a implementação das ações, monitorar metas e avaliar indicadores de desempenho, com o apoio das Unidades Participantes.

O presente Relatório tem por finalidade apresentar, de forma estruturada e baseada em indicadores, o desempenho institucional relativo ao exercício de 2025, evidenciando o grau de alcance das metas estabelecidas, as principais variações observadas e as ações implementadas. Atende, assim, ao dever de prestação de contas previsto no art. 6º, inciso VI, do Provimento nº 03/2023, conferindo transparência aos resultados obtidos no âmbito da sustentabilidade institucional.



2. ANÁLISE DO DESEMPENHO

2.1 CONSUMO DE BENS E SERVIÇOS

A análise dos indicadores de consumo de bens e serviços em 2025 evidencia, de modo geral, elevação dos níveis de consumo em relação às metas estabelecidas, com exceção do indicador de telefonia fixa, que apresentou desempenho significativamente inferior ao limite projetado.

Tabela dos consumos realizados e análise detalhada.

Indicador	Unidade	Meta	Realizado
Quantidade de papel entregue	Milheiro	3.703	4.360
Impressões realizadas	Nº páginas	5.831.637	6.420.626
Copos descartáveis - água	Cento	874	1.395
Energia Elétrica	Mwh	6.615	6.654
Água fornecida pelas	Metros cúbicos	46.211	55.603
Telefonia fixa	Min	336.853	105.538
Combustível Etanol/gasolina	Litros	131.882	141.957
Combustível Diesel	Litros	36.644	37.979
Serviço e materiais de limpeza	Reais	N/A	28.889.994
Serviço de Vigilância armada	Reais	N/A	18.836.221

A leitura integrada sobre os resultados dos indicadores demonstra que o desempenho observado em 2025 foi diretamente impactado por fatores conjunturais relevantes, dentre os quais se destacam: a retomada da normalidade na execução das atividades ministeriais, que sofreram forte impacto com o evento das enchentes em 2024; o retorno da atividade presencial; acréscimo de 4,93% no quadro funcional; a incorporação de veículos à frota; e o incremento de algumas atividades de forma expressiva, como, por exemplo, eventos e júris, sendo que este último teve aumento de 37,9% em relação ao ano anterior, tudo no geral pressionando os serviços de impressão, o fornecimento de energia e água e o consumo de copos, papel e combustível.

Tais fatores resultaram em maior demanda de recursos operacionais, porém, não obstante, foram executadas ações e medidas de racionalização voltadas a adequar e promover o uso consciente e racional dos bens e serviços disponibilizados, entre as quais destacamos:

- (a) descontinuidade de 100 (cem) equipamentos de impressão, promovendo a cultura da digitalização e impressão racional de documentos;
- (b) substituição de 2.836 lâmpadas fluorescentes por tecnologia LED, alcançando 63,5% dos prédios institucionais com LEDs instaladas;
- (c) ampliação do número de Promotorias de Justiça atendidas pelo “Alô MP” (35 no que tange à implantação de telefonia IP e 48 do WhatsappBusiness);
- (d) contratação de empresa especializada para a execução do serviço de monitoramento da frota institucional por telemetria, tecnologia que permite o acompanhamento dos veículos em tempo real, de acordo com práticas de segurança, controle e eficiência no transporte;
- (e) implementação de política de descarbonização da matriz energética por meio da substituição da gasolina por etanol hidratado em 50 por cento dos veículos flex da frota institucional, visando à redução das emissões de gases de efeito estufa nas operações logísticas;
- (f) intensificação de rotinas de fiscalização e da realização de diagnósticos pontuais, que possibilitaram uma redução contratual no montante de R\$ 758.107,00 no serviço de limpeza com foco no uso racional dos recursos;
- (g) intensificação das rotinas de fiscalização e realização de diagnósticos pontuais em conjunto com o corpo técnico da Assessoria de Segurança Institucional, identificando oportunidades de melhorias que possibilitaram uma economia de R\$ 329.600,00 na carga horária alocada.
- (h) implementação do monitoramento do consumo de água por telemetria em quatro promotorias. A solução tecnológica envia dados do consumo em tempo real ao gestor e à Promotoria, viabilizando intervenções rápidas e eficazes para prevenir o desperdício do recurso e o aumento da capacidade de resposta em casos de intercorrências como vazamentos de água.

Verifica-se, portanto, que o desempenho dos indicadores de consumo, ainda que pressionados pela ampliação das atividades institucionais, foi acompanhado da implementação de medidas estruturais voltadas ao alcance de resultados ambientalmente adequados e economicamente viáveis, indicando evolução na maturidade da gestão sustentável.



2.2 GESTÃO DE RESÍDUOS

Os indicadores de gestão de resíduos demonstram elevado grau de conformidade com as diretrizes estabelecidas, com destaque para o atingimento integral das metas qualitativas de destinação ambientalmente adequada.

Abaixo segue tabela com dados de 2025, bem como sua análise detalhada.

Indicador	Unidade	Meta	Realizado
	Medida	2025	2025
Fragmentar e doar o papel inservível	Kg	100%	19.855
Destinar itens inservíveis à	Nº	100%	1.037
Destinar os Resíduos de Saúde	Kg	100%	34
Destinar os Resíduos de obras	Nº	100%	16
Destinar lâmpadas fluorescentes de	Nº	100%	6.000

Em 2025 foi dada continuidade às diretrizes de sustentabilidade ambiental e social por meio das seguintes ações implementadas que consolidaram o direcionamento institucional para promover a preservação do meio ambiente, a redução do desperdício e a doação de bens e a valorização da cadeia de reciclagem:

(a) doada totalidade de papéis inservíveis fragmentados e recolhidos na Instituição às Unidades de Triagem, gerando trabalho e renda aos seus integrantes;

(b) doados 676 títulos e 1.086 exemplares de livros e revistas ao Banco de Livros da Fundação Gaúcha dos Bancos Sociais, que organiza bibliotecas em comunidades carentes, escolas, asilos, presídios, entre outras;

(c) doados 100% dos bens inservíveis classificados como sucata ao Programa SUSTENTARE, visando a transformação do lixo eletrônico em matéria-prima para fabricação de novos produtos, garantindo transparência, eficácia e segurança ambiental em todo o ciclo;

(d) doados 1.135 bens em condições de uso a entidades de utilidade pública, como Escolas Públicas, Brigada Militar, Polícia Civil, SUSEPE, entre outras;



(e) destinados em conformidade com a legislação específica os resíduos produzidos pelos gabinetes de enfermagem, clínico e odontológico, classificados como materiais infectocontagiosos sólidos, perfurocortantes e resíduos químicos líquidos;

(f) destinados em conformidade com a legislação específica os resíduos de construção civil decorrentes de obras e reformas executadas pela Instituição;

(g) destinadas em conformidade com a legislação vigente 6.000 lâmpadas fluorescentes inservíveis à empresa especializada na sua reciclagem.

As ações discriminadas indicam aderência consistente aos princípios de sustentabilidade e ao ideal da economia circular, buscando o alcance de resultados ambientalmente adequados e socialmente justos.

2.3. GESTÃO DE COMPETÊNCIAS

A gestão por competências contribui com o PLS/MPRS por intermédio de ações voltadas ao desenvolvimento e aprimoramento das contratações, bem como para sensibilizar e capacitar o quadro de pessoal acerca do tema sustentabilidade.

Indicador	Unidade	Meta	Realizado
	Medida	2025	2025
Percentual de contratações com	%	60	71
Capacitações em Sustentabilidade e	Nº	14	26

No eixo das contratações sustentáveis, o indicador apresentou desempenho superior à meta estabelecida, evidenciando a incorporação sistemática de critérios de sustentabilidade nos processos de contratação, impulsionado, em especial, pela adoção dos novos artefatos instituídos pela Lei Federal nº 14.133/2021, tais como o Estudo Técnico Preliminar e o Mapa de Riscos.

Em relação à sensibilização e capacitação, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional promoveu diversos projetos educacionais com a participação de 4.362 agentes públicos, entre membros, servidores, residentes, estagiários e colaboradores, sendo que em 2025 foram realizadas 26 capacitações em sustentabilidade e qualidade de vida, com base nas necessidades institucionais, inclusive com a participação de colaboradores terceirizados no âmbito do Projeto PERTENSER.



As ações e os resultados evidenciam o fortalecimento da cultura institucional em sustentabilidade, ampliação da capacidade técnica dos agentes públicos e a integração entre desempenho operacional e o desenvolvimento de competências, promovendo o alcance de resultados ambientalmente adequados, economicamente viáveis, socialmente justos e culturalmente diversos.

3. FECHAMENTO

O presente Relatório evidencia que o Plano de Logística Sustentável do MPRS, no exercício de 2025, cumpriu sua finalidade como instrumento de planejamento, monitoramento e avaliação da sustentabilidade institucional, com base em indicadores objetivos e análise de desempenho.

Embora tenham sido verificados desvios em indicadores de consumo, estes se mostram coerentes com o contexto de retomada e expansão das atividades institucionais, não comprometendo a evolução qualitativa da gestão sustentável.

Destaca-se, de forma positiva:

- (a) a implementação de medidas estruturais de eficiência energética e operacional;
- (b) o elevado nível de conformidade na gestão de resíduos;
- (c) a superação das metas em contratações sustentáveis e as capacitações realizadas; e
- (d) a geração de economia em contratos administrativos e a incorporação de soluções tecnológicas.

O conjunto dos resultados demonstra a consolidação de uma abordagem orientada a indicadores, gestão por resultados e melhoria contínua, em alinhamento com os instrumentos de governança das contratações e com o planejamento estratégico institucional.

Dessa forma, considera-se atendido o dever de prestação de contas, restando evidenciado o compromisso institucional com a promoção de práticas sustentáveis sob as dimensões ambiental, econômica e social, cumprindo integralmente o seguinte dispositivo do Provimento n.º 03/2023:



Art. 6.º O PLS deve conter, no mínimo, ações voltadas para:

I - promover o uso consciente e racional dos recursos, bens e serviços;

II - contribuir com a identificação de bens e serviços que visem o alcance de resultados ambientalmente adequados, economicamente viáveis, socialmente justos e culturalmente diversos;

III - divulgar, sensibilizar e capacitar acerca da logística sustentável;

IV - contribuir com o desenvolvimento e aprimoramento das contratações, de forma a que se opte pela opção mais vantajosa à Administração, considerando questões relacionadas às despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação, tratamento de resíduos sólidos e impacto ambiental, entre outros fatores vinculados ao ciclo de vida do objeto contratado;

V - implementar metodologia para monitoramento e avaliação do Plano, inclusive por meio de indicadores, e dar transparência aos resultados da Instituição quanto à sustentabilidade.

